



**Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)**

# **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3**



**Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)**

# **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912  1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série.  CDD 711
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>48</b>
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>122</b>
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>134</b>
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>147</b>
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>159</b>
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191213</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 172**

**ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL**

Paula Fogaça  
Alina Gonçalves Santiago  
Dirceu Piccinto Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.46519191214**

**CAPÍTULO 15 ..... 190**

**HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI**

Lara Jhélia de Sousa Sampaio  
Mariana Luiza Bezerra Sampaio  
Hanna Morganna de Deus Alves  
Augusto César Barros de Moura Neiva  
Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.46519191215**

**CAPÍTULO 16 ..... 202**

**A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO**

Alessandra Oliveira Teles

**DOI 10.22533/at.ed.46519191216**

**CAPÍTULO 17 ..... 217**

**MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES**

Maria Isabel Camañes Guillén

**DOI 10.22533/at.ed.46519191217**

**CAPÍTULO 18 ..... 231**

**DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL**

Mônica Peixoto Vianna  
Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão  
Hugo Fernando Calheiros

**DOI 10.22533/at.ed.46519191218**

**CAPÍTULO 19 ..... 244**

**EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS**

Teresa Cristina Guerra de Andrade  
Maria Luiza Almeida Cunha de Castro

**DOI 10.22533/at.ed.46519191219**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>256</b>
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>264</b>
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>278</b>
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>290</b>
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>302</b>
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>316</b>
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191225</b>	

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>328</b>
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>344</b>
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>357</b>
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>370</b>
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>380</b>
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>393</b>
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>406</b>
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>417</b>
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>424</b>
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>441</b>
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>447</b>
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>472</b>
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>493</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>494</b>

## CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

**Luciene Gustavo Silva**

Pós-Graduada em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica – PUC - Rio; Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Anhanguera Niterói - RJ.

**RESUMO:** Este trabalho tem por finalidade fomentar o estudo sobre a Capoeira e a sua relevância para a formação social e cultural da juventude negra. Esse símbolo afro-brasileiro foi reconhecido mundialmente juntamente com o seu conjunto temático como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade Brasileira pelo IPHAN e pela UNESCO. O estudo traz elementos para compreender a capoeira como capital cultural do povo afro-brasileiro e como um instrumento alternativo, para que o Assistente Social possa encontrar meios de superar os desafios encontrados na sua *práxis* cotidiana. A proposta é recorrer a esta cultura como uma forma de viabilizar a conscientização da juventude negra e, assim, empoderar e promover à cidadania a esses indivíduos, que foram historicamente estigmatizados na sociedade brasileira. Trata-se de um tema que requer um novo olhar teleológico, que entenda que as relações raciais perpassam as expressões da questão social, para que se possa exercer, não só uma prática inclusiva do Serviço Social, mas uma prática que seja transformadora social e culturalmente.

Desse modo, a utilização da capoeira/cultura afro-brasileira, no âmbito da Política Nacional da Cultura Viva (PNCV), Lei nº 13.018/2014, poderá aspirar e possibilitar a materialização da Afrocidadanização dos jovens negros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capoeira; Cultura; Afrocidadanização; Serviço Social.

### CAPOEIRA: AN ALTERNATIVE INSTRUMENT TO PROMOTE AFROCIDADANIZAÇÃO IN THE PERSPECTIVE OF SOCIAL SERVICE

**ABSTRAC:** This work aims to promote the study of Capoeira and its relevance to the social and cultural formation of black youth. This Afro-Brazilian symbol was recognized worldwide along with its thematic set as Intangible Cultural Heritage of Brazilian Humanity by IPHAN and UNESCO. The study brings elements to understand capoeira as a cultural capital of the Afro-Brazilian people and as an alternative instrument, so that the Social Worker can find ways to overcome the challenges encountered in their daily praxis. The proposal is to resort to this culture as a way to enable the awareness of black youth and thus empower and promote citizenship to these individuals, who were historically stigmatized in Brazilian society. It is a theme that requires a new teleological perspective, which understands that race relations permeate the expressions of the social

issue, so that not only an inclusive practice of Social Work, but a practice that is socially and culturally transformative, can be exercised. Thus, the use of capoeira / Afro-Brazilian culture, under the National Policy of Living Culture (PNCV), Law No. 13.018 / 2014, may aspire and enable the materialization of Afrocidadanização of young black people.

**KEYWORDS:** Capoeira; Culture; Afrocidadanização; Social Service.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade desenvolver uma discussão sobre a possibilidade de reconhecer e se pensar a Capoeira como um instrumento alternativo para fomentar a Afrocidadanização da juventude negra no Brasil, a partir da perspectiva do Serviço Social. Esse símbolo afro-brasileiro foi reconhecido mundialmente com todas as suas temáticas como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade Brasileira. Neste sentido, este trabalho busca trazer elementos para compreender a capoeira como capital cultural do povo afro-brasileiro e como um instrumento alternativo para que o Assistente Social, a partir de um novo olhar teleológico, possa ampliar e suscitar debates em sua práxis profissional entre à cultura-capoeira e Serviço Social, no sentido de empoderar e promover à cidadania a esses indivíduos, que são historicamente estigmatizados na sociedade brasileira.

A partir deste propósito, a discussão desenvolvida aqui será a de abordar: o contexto histórico da capoeira e suas oscilações, mostrar como esta deixa de ser uma prática marginalizada e proibida e obtém o reconhecimento da Roda de Capoeira e da Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade; refletir as leis 11.645/08 - que discorre sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas; identificar como o Serviço Social pode recorrer a Capoeira para fomentar a Afrocidadanização da juventude negra, no contexto da lei 13.018/14 - que institui a Política Nacional da Cultura Viva (PNCV).

O conceito de Afrocidadanização, segundo Guimarães (2013, p. 34) representa uma utopia de pensar maneiras de transformar as condições históricas vividas pelos indivíduos da população negra na sociedade brasileira, como alternativa ao que tem sido entendido como a “democracia racial brasileira”. Ele pretende dar concretude e incorporar empiricamente, as conquistas dos direitos significativos e pertinentes aos indivíduos em uma sociedade democrática e justa. Ou seja, seria concebido como a realização efetiva da cidadania plena para os indivíduos da população negra, historicamente subalternizados em nossa sociedade. A concretude da Afrocidadanização representa e abarca diversos referenciais: o reconhecimento da identidade racial como positiva; o reconhecimento do protagonismo da população negra como fundadora e construtora da sociedade brasileira; o direito a igualdade

e a liberdade; o direito a diferença; o direito de conquistar os benefícios sociais em igualdade de oportunidades e de condições, ou seja, a Afrocidadanização seria a realização de uma verdadeira “democracia racial”, uma equidade social na qual os indivíduos negros, sejam contemplados e estabelecidos na sociedade brasileira.

O desenvolvimento deste estudo envolve alguns eixos importantes: o primeiro refere-se ao signo da capoeira tanto como instrumento de resistência dos indivíduos da população negra no Brasil, como para a preservação da cultura, dos hábitos e dos costumes dos africanos que para cá vieram escravizados; o segundo ponto refere-se a análise da capoeira como uma cultura marginalizada ao seu reconhecimento como patrimônio cultural, além de discutir a ameaça da desculturalização da capoeira como cultura de matriz africana, a partir do advento da capoeira gospel; outro ponto relevante diz respeito ao entendimento da cultura e da educação como instrumento para o reconhecimento da identidade afro-brasileira na sociedade globalizada, através do qual se discute a aquisição e a incorporação de capital cultural pelos jovens negros brasileiros. O último ponto abordado discute a possibilidade do Serviço Social, fomentar a afrocidadanização por intermédio da utilização do signo da capoeira, em sua práxis profissional cotidiana.

Nesse caminho, nossa discussão sobre a capoeira como signo cultural de resistência dos homens e mulheres afro-brasileiros, apresenta o contexto histórico deste símbolo e as suas oscilações, que transcorre nos períodos do Brasil Colônia, primeira República e na contemporaneidade de uma prática proibida considerada como um problema social, ao reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como uma questão cultural.

## **2 | CAPOEIRA: SIGNO CULTURAL DE RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA**

Em meio a diversas expressões culturais afro-brasileira temos a Capoeira - uma herança sociocultural, oriunda dos povos africanos e afro-brasileiros, que, após uma trajetória marcada pela escravidão, por lutas, perseguições, e da marginalização social, se configurou e se configura como um signo de resistência dos indivíduos da população negra do Brasil. A capoeira foi utilizada pelos escravizados como uma estratégia para manter a unidade social, preservando seus costumes e rituais religiosos, assim como a preservação da expressão corporal que estavam inerentes aos negros.

A capoeira, como uma cultura gerada no Brasil, diverge nas pesquisas acadêmicas. Algumas versões referentes às pesquisas desta arte – luta, remontam ao século XVII com os relatos de fugas e atos de defesa dos escravizados, porém, para alguns pesquisadores os registros mais detalhados surgiram no século XIX, com descrições detalhadas da manifestação corporal. Todavia, a dúvida persiste em

saber se a capoeira surgiu no continente Africano ou no Brasil? Os pesquisadores que abordam esse tema concordam com a tese de que com o advento dos africanos trazidos para o Brasil pelos portugueses para serem escravizados, trouxeram consigo o movimento corporal, todavia a capoeira com toda a sua essência teria sido criada no Brasil pelos negros africanos. Janes (1998, p. 03) nos destaca que:

Não existe na historiografia recente no Brasil, nenhum dado que possibilita afirmar que a Capoeira é proveniente da África. Com certeza ela foi desenvolvida por escravos no Brasil. Portanto, a Capoeira é legítima e genuinamente brasileira. Os registros que determinam datas para seu surgimento, utilizam datas que variam entre 1578 e 1632 (apud KEIM; SILVA, 2012, p. 70).

Atualmente, a capoeira se destaca como sendo a única modalidade desportiva originariamente brasileira, tendo como base as raízes culturais de matriz afro-brasileira, que pode ter surgido mediante a necessidade da ânsia da libertação e defesa provenientes dos castigos e punições. A origem da nomenclatura capoeira gera debates entre diversos autores, entretanto, Areias (1983) conceitua capoeira como: “música, poesia, festa, brincadeira, diversão e, acima de tudo, uma forma de luta, manifestação e expressão do povo, do oprimido e do homem em geral, em busca da sobrevivência, liberdade e dignidade” (apud MUNANGA; GOMES, 2016, p.154). A capoeira passou a ser identificada pelo som dos berimbaus, dos pandeiros e dos atabaques, associada a palmas e cânticos, que embalam e ditam o ritmo do jogo, da luta e da dança. Ao longo da história, a capoeira esteve presente no processo de construção da identidade e da resistência do povo negro no Brasil, que perpassou pelos períodos entre o Brasil Colônia até Brasil República.

### 3 | A CAPOEIRA NOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO

A prática da capoeira no período do Brasil Colonial era usada como instrumento de defesa pelos escravizados em fuga das senzalas para os quilombos. Na ânsia pela liberdade, usavam a expressão corporal, como meio de sobrevivência através da luta, e envoltos à resistência da repressão ao corpo negro, que sofriam maus tratos provenientes das ordens dos colonizadores. Os escravizados que fossem pegos jogando capoeira eram imobilizados e tinham o tendão do calcâneo cortado como uma das formas de punição. Os primeiros registros oficiais, que relatam a repressão aos capoeiras e à capoeiragem foi tornada oficial a partir, da estruturação de uma força policial no Rio de Janeiro no ano de 1626, em função das Ordenações Filipinas. Com a chegada da corte real em 1808, foi criada a primeira Secretaria de polícia no estado do Rio de Janeiro. Tinha-se como pena prevista para quem praticasse a capoeira 200 açoites, executados pelos policiais no momento da prisão.

Após a assinatura da Lei Áurea, em 09 de junho de 1888 foi fundada a Guarda

Negra da Redentora, composta por alguns ex-escravizados. Essa guarda foi formada por dois grupos de capoeiras que se diferenciavam pela forma de usar o chapéu, eram conhecidos como os Maltas Guaiamuns e os Maltas Nagoas - traziam em seus chapéus fitas branca e fitas vermelha sobrepostas umas sobre as outras, os seus chapéus tinham abas batidas para frente, ou abas batidas nas laterais conforme as suas raízes nas tradições africanas. Havia outros grupos maltas, mas os registros apontam esses dois grupos como exímios capoeiristas, eram os que guardavam a princesa.

Com a proclamação da República em 1889, os Maltas foram encarcerados ou exterminados acabando com a Guarda Negra da Redentora. A proibição da capoeira foi decretada oficialmente em 11 de outubro de 1890, pelo General Manoel Deodoro da Fonseca, publicada no novo Código Penal no Decreto – Lei 847 Capítulo XIII art. 402 a 404, que trazia determinações, por ser considerada como crime, ameaça à ordem pública, e a segurança aos cidadãos, com a pena de um a três anos de reclusão. Mesmo sendo perseguida e reprimida, a capoeira continuou seu curso sendo praticada pelos negros às escondidas nos becos e vielas, nos terreiros religiosos, nas praias, nos quintais. Em 1918, o mestre Bimba, organizou o Clube União em Apuros, e em 1928 criou a Capoeira Regional na Bahia. A capoeira permaneceu proibida até a era Vargas sendo revogada, por meio do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1942, onde sua prática foi desconsiderada como crime.

Desta forma, a prática da capoeira deixou de ser considerada uma prática marginalizada socialmente e passou a ser apontada como um “esporte popular” e símbolo da nacionalidade brasileira ou “manifestação cultural espontânea” - folclore, facilitando o domínio social de forma autoritária, tendo em vista que, as manifestações populares precisavam cumprir normas e regras estabelecidas pelo Estado devendo a capoeira ser praticada por pessoas idôneas e em locais fechados, e que tivesse uma graduação conforme as lutas marciais nas cores da Bandeira do Brasil, no qual utilizou as cordas ou cordéis pelos grupos de capoeirista. Em meio a este cenário surgiram dois mestres referenciais para a expansão social da capoeira.

O Mestre Pastinha - Vicente Joaquim Ferreira (1889 – 1981) aprendeu capoeira aos 08 anos de idade com o africano Benedito. Foi militar da marinha, ensinou capoeira aos seus amigos militares, deixando a corporação aos 21 anos dedicando-se a pintura como ofício profissional e representou a capoeira e a arte negra em vários países. Em 1941, Pastinha fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola, primeira academia-escola de Capoeira com o estilo de luta conhecido como Angola, que tinha como regra a disciplina e a organização. Pastinha foi considerado pelo mestre Decânio, “o primeiro capoeirista popular a analisar a capoeira como filosofia e a se preocupar com os aspectos éticos e educacionais de sua prática” (MUNANGA;

GOMES, 2016, p. 161-162).

Outro nome de referência na capoeira foi Manoel dos Reis Machado (1899-1974), conhecido na capoeira pelo codinome de Mestre Bimba, iniciou aos 12 anos o aprendizado na capoeira tradicional que utilizava os movimentos naturais do corpo pelo africano Bentinho, na cidade de Salvador. Em 1937, fundou o Centro Cultural Física Regional com o ensino da luta regional baiana, inovou o estilo inserindo técnica, equilíbrio, ataques e defesa contra as armas e o jogo pelo alto, porque, anteriormente, o jogo era basicamente praticado próximo ao chão e assim, a capoeira ganhou “objetividade competitiva, *status* e projeção, de outro, perde muito da sua característica de manifestação popular espontânea” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 160). Vinte anos após seu falecimento recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal da Bahia.

#### 4 | AS SAIAS TRANÇADAS

A prática da capoeira aparece na história contada como sendo um ambiente de habilidades e valentia voltada para o gênero masculino. Entretanto, esse ambiente contou com a presença do gênero feminino com habilidades físicas e corporais tão agressivas quanto os homens. O registro mais antigo da mulher nesse espaço foi no jornal “A Constituição” publicado em 1876 com a manchete “Que mulher capoeira!”, com a prisão de “Cafuza Jerônima” uma mulher capoeira e escravizada.

Esses espaços sociais foram conquistados pelas mulheres, algumas consideradas transgressoras da ordem e desordeiras, como a Adelaide Presepeira, que empunhava uma navalha e causava arruaça nas ruas, assim como Anna Angélica, conhecida por Angélica Endiabrada, que resistiu a prisão e bateu em um guarda civil. Os fatos ocorridos eram publicados em jornais que noticiavam casos de arruaças como os de Zeferina de tal, que foi presa por um momento de luta com murros e pontapés com sua companheira Maria do Sacramento, e o caso de Maria Isabel, que foi presa por estar com uma navalha em punho promovendo desordem em via pública.

Mulheres como Maria Salomé, boa na rasteira, que trançava a sua saia para entrar na roda de capoeira e frequentava o samba de terreiro com sua amiga Maria dos Anjos, esta escondia a navalha entre os cabelos. Ambas se defendiam caso alguém importunasse a outra. Salomé foi uma mulher de personalidade arretada, teria sido aluna de Maria Felipa, conhecida por Maria doze homens, que era respeitada e temida por ter lutado com doze homens e participava das rodas do Mercado Modelo e do Cais Dourado. E Cândida Rosa de Jesus, que tinha como codinome de Rosa Palmeirão, considerada rainha da capoeiragem e foi inspiração para Jorge Amado em sua literatura “Mar Morto”. Outra mulher importante foi Dandara rainha e guerreira

esposa de Zumbi dos Palmares, capoeirista e liderou o exército feminino, diante aos ataques em defesa do quilombo dos Palmares.

As mulheres como Nega Didi, Satanás, Calça Rala e Maria Pará o Bonde, usaram a habilidade e destreza corporal, se passaram por homens e ocuparam um espaço considerado normativo masculino da malandragem, marcando a trajetória feminina nas ruas e nas rodas de capoeiras que era considerada como uma prática marginalizada. Essas personalidades femininas entre outras, que fugiram do considerado ideal padrão de comportamento feminino, eram tratadas por termos pejorativos como: cabelinho nas ventas, arengueiras, baderneiras, desordeiras, da pá virada, foram mulheres honrosas e valentes que conquistaram o seu espaço na sociedade e “contribuíram ativamente para a construção e transformação desta prática cultural afro-brasileira e para o estabelecimento de uma tradição” (FOLTRAN, 2017, p. 84).

## **5 | CAPOEIRA: DE PRÁTICA MARGINALIZADA AO RECONHECIMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

No início dos anos 1960, houve uma mudança no perfil dos jogares de capoeira. A capoeira passou a ser vista como a “arte marcial brasileira” e a fazer parte do currículo da escola da Polícia Militar do Rio de Janeiro e, desta forma, passou a ser mesclada e praticada por novos atores sociais. Segundo Munanga e Gomes (2016, p. 160) “A história, a dimensão social e cultural e de resistência negra da capoeira mescla-se com novas ideias e novos praticantes. Aos poucos, a classe média, intelectuais, militantes, políticos, profissionais liberais começam a praticá-la”. E assim, o perfil dos capoeiristas foi modificado, conseqüentemente aconteceu, a mudança histórica, política e cultural, no qual, perdeu-se a característica da capoeiragem do povo negro, porém, o avanço da proibição para permissão de praticá-la em locais fechado não estava definitivamente garantido. No período da ditadura militar a partir de 1964, a capoeira voltou a ser vista como “coisa de marginal”, considerada como prática de negros e pobres das favelas e dos cortiços. No entanto, em 1972, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconheceu a capoeira como atividade desportiva e, assim, passou a ser modificada e diluída mediante ao contexto histórico e político do país, deixando de ser interpretada como luta. O reconhecimento da capoeira como esporte, no período da ditadura, foi um subterfúgio político, no qual se repetiu a artimanha do movimento populista da era Vargas.

A capoeira passou a ter destaque, importância e reconhecimento na agenda política, social e cultural no Brasil e em mais de 150 países. Possibilitando que os ensinamentos desta herança cultural sejam transmitidos de geração a geração pela a salvaguarda da cultura-capoeira. Em 15 de julho de 2008, a Roda de Capoeira foi

reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelas Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, e o reconhecimento dos Mestres de Capoeira como profissionais que transmitem as práticas e valores afro-brasileiros. Em 15 de julho de 2008, a Roda de Capoeira foi inscrita no Livro de:

[...] Registro das Formas de Expressão, em 2008 - é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, espaço e tempo, onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto - recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na roda de capoeira se batizam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros (IPHAN, 2014).

Em 26 de novembro de 2014, houve mais um marco para a cultura negra, a Roda de Capoeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade durante,

A 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em novembro de 2014, em Paris, a Roda de Capoeira, um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O reconhecimento da Roda de Capoeira, pela Unesco, é uma conquista muito importante para a cultura brasileira e expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão (IPHAN, 2014).

Apesar dos avanços alcançados, por meio do reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira, mediante a inclusão do ensino afro e afro-brasileiro, a partir da aprovação da lei nº 11.645/08, e do reconhecimento da capoeira/cultura como um patrimônio brasileiro e mediante as oscilações em sua trajetória histórica permeada de proibições e permissões mediante aos interesses políticos, nos deparamos na contemporaneidade com a uma prática da capoeira que diverge da tradicional, colocando a autenticidade e a conservação do patrimônio em risco, que é a capoeira “gospel”, “negando grande parte dos fundamentos e preceitos, a memória manipulada e esquecida de resistência e luta afrodescendente [...]” (CAMPOS, 2016, p. 41). A negação da herança cultural afro-brasileira em sua totalidade, com todas as suas características, inclusive das religiões da matriz africana, fortalece e mantém o processo de subalternidade e embranquecimento, o que proporciona o distanciamento do reconhecimento da afrocentricidade, reforçando a ideologia dos dominantes no sistema capitalista e neoliberal, fomentando as desigualdades sociais e raciais, intensificando as expressões da questão social (o preconceito, a intolerância religiosa, a discriminação racial). Portanto, através de tais fatores, são subtraídas e inviabilizadas as manifestações culturais afro-brasileiras e a efetividade

da afrocidadanização.

## 6 | ACULTURAE A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O RECONHECIMENTO DA AFROCIDADANIZAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

O tema da diferença coloca em evidência uma equação não muito fácil de resolver, a qual seja, de como pensar soluções democráticas de inclusão social para os membros de grupos historicamente discriminados e excluídos. Por conseguinte, o debate sobre questões de identidade e sobre a conquista da cidadania se transforma em um campo de luta pelo reconhecimento da existência de pluralidade de valores e diversidade cultural que constituem, dessa forma, um terreno fértil para se pensar em maneiras de se promover a igualdade de oportunidades. Dessa forma, Claude Lévi-Strauss nos aponta que:

A diversidade de culturas ultrapassa as fronteiras do tempo e do espaço, estando aqui, ali, em todo lugar e sempre, construindo-se, evoluindo constantemente em ritmos distintos; ressalva que a reivindicação sensata é que essa diversidade se realize de forma a que contribua para uma maior generosidade das outras, devendo-se entender, neste ponto, a trilha inexorável do respeito às culturas diversas, que vai além do sentido da tolerância (apud FREIRE, 2007, p. 210).

Desse modo, a diversidade cultural vem a ser constituída por meios dos hábitos e costumes, no qual, compreende-se não ser possível existir civilização sem história e sem cultura, considera por Santos (1987) como um referencial para à sociedade, através da “existência social de um povo ou nação”, ao expressar sua forma de ser, de pensar, de sentir e de agir, e ao desenvolver sua vida material e social. Por meio da existência social, ocorre o desenvolvimento social, a partir das relações dos indivíduos com a natureza e entre si e, desta forma, os padrões culturais são construídos. Para Franz Boas (2010, p. 50), cada cultura seria única, dotada de um estilo particular e conseqüentemente, por meio desta seria possível exprimir a integridade e a unicidade do ser humano, e o respeito e a tolerância à diversidade cultural.

O reconhecimento da identidade social dos indivíduos afro-brasileiros seria possível por intermédio da cultura, que em meio a diferentes grupos, as diferenças sociais são próprias dos sujeitos, que dependem das relações com o outro, o que permitem realizar o valor universal para preservação da própria identidade cultural e individual. Em meio a essa diversidade, a cultura afro-brasileira perpassa por desafios como preconceito, intolerância e discriminação racial, fatos que dificultam o reconhecimento da identidade racial como cidadão afro-brasileiro.

Levando-se em consideração os aspectos relevantes sobre o reconhecimento da identidade, constata-se que a “Cultura é um sistema de símbolos e significados.

Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento” (LARAIA, 2006, p. 63). Mediante ao exposto percebe-se a relevância das políticas públicas no âmbito da educação em meio a uma sociedade miscigenada e globalizada, visando estimular a Afrocidadanização, e assim, compreender que os símbolos partilhados através da cultura podem nos definir enquanto um ser cultural.

Em face da relevância voltada para a emancipação da juventude negra, considera-se a importância de compreender o quanto seja considerável a abordagem do capital cultural atribuído no âmbito da educação escolar, que por meio desta, seria possível viabilizar o rompimento da alienação intelectual, social, econômica e cultural dos indivíduos da raça negra. O conceito de capital cultural abordado por Pierre Bourdieu possibilita a refletir sobre a sociedade e a estrutura social na qual estamos inseridos, onde o capital exerce hegemonia sobre os sujeitos que para o autor, “a estrutura social permite a distribuição de diferentes tipos e subtipos de capital, em dado momento, no tempo, no espaço, como representativa da estrutura do mundo social [...]” (apud GUIMARÃES, 2013, p. 75).

Dessa forma, o capital cultural se faz também como um elemento constituinte do ambiente social e familiar, nos quais favoreceriam e facilitariam ao aprendizado e no desempenho escolar. Este capital pode ser constituído sob três formas: na forma de “estado objetivado”, por meio de bens culturais; na forma de “estado institucionalizado”, que seria obtido através de títulos, diplomas e certificados; e na forma de “estado incorporado”, que estaria voltado ao corpo e a assimilação decorrente de um trabalho que ocorreria de forma pessoal como um *habitus* familiar ou de classe social, presente nos ambientes onde os sujeitos poderiam adquiri-lo conforme as percepções e ações sociais, dispostos nas dimensões corporal, cultural, simbólica, entre outras e, desta forma, o *habitus* seria o conceito que viabiliza articular o indivíduo e o social. Entretanto, para Vasconcelos, o *habitus* refere-se: “uma matriz, determinada pela oposição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O **habitus** traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas” (2002, p. 79).

E assim, a partir do *habitus* seria possível compreender as relações sociais e familiares, onde o conhecimento e as referências do capital cultural poderiam facilitar o aprendizado e proporcionar a articulação entre o mundo familiar e o universo cultural da educação. Ambas favoreceriam ao êxito escolar e a transformação por meio cultural do ter, tornar-se-ia o ser como parte integrante da “pessoa” que neste contexto corresponde à juventude negra.

Nesta perspectiva, a educação, o conhecimento e o reconhecimento da cultura afro-brasileira, através do aprendizado pedagógico da capoeira, fazem-

se fundamental como um elemento transformador da condição subalterna para a condição de intelectualidade dos jovens negros, que Segundo Paulo Freire, “não se restringe a recuperar a humanidade vilipendiada do humano oprimido, mas se coloca como agente que revitaliza a humanidade roubada e vilipendiada de cada integrante” (apud KEIM; SILVA, 2012, p.102), e também se configura em um processo de formação que possibilitaria a decisão e o compromisso dos afrocidadãos mediante as suas escolhas quanto à qualificação da sua vida em sociedade.

## **710 SERVIÇO SOCIAL E UM NOVO OLHAR PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO**

E como o Assistente Social poderia fomentar a Afrocidadanização da juventude negra? O Assistente Social, ao atuar em diversos equipamentos, poderá vir a fomentar a afrocidadanização, norteados pelo seu Projeto ético-político e em consonância com o Código de Ética – Lei 8.662/93, ao efetuar uma análise crítica e reflexiva no seu processo de trabalho, a qual lhe possibilite compreender e utilizar a cultura afro-brasileira, especialmente a Capoeira, como um instrumento, que oportunize transformar os sujeitos sociais, assim como, perceber que se faz importante preservar e reconhecer a identidade racial. A partir desse processo, será possível viabilizar o empoderamento, a emancipação, a cidadania e a justiça social da população negra, que padece do antagonismo e das desigualdades sociais e raciais proveniente do sistema capitalista e neoliberal, que promove as expressões da questão social, como o preconceito, o racismo, a discriminação racial e a intolerância religiosa, ancoradas pelo mito da democracia racial, que se configuram como entraves a sua intervenção e no combate à discriminação racial e ao racismo. Assim, conforme o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/2010 define a discriminação racial ou étnica racial como:

toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultura ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010).

E assim, percebe-se, que a discriminação racial e o racismo, ameaçam à dignidade humana e em consonância ameaçam também os direitos da população negra, expondo-os a situações humilhantes e vexatórias. Nesta perspectiva, o Assistente Social teria como alternativa em sua práxis, por meio do seu processo interventivo recorrer à capoeira/cultura afro-brasileira, no âmbito da Política Nacional da Cultura Viva (PNCV) Lei nº 13.018, sancionada em 22 de julho de 2014, criada para garantir a ampliação e o acesso da população aos meios de produção, circulação e

fruição cultural; tendo como objetivo se consolidar como uma política eminentemente de base comunitária, possibilitando o amplo exercício dos direitos culturais pelo conjunto da população brasileira e explorando as potencialidades da cultura, como eixo transversal do desenvolvimento social e econômico sustentável, com objetivo de aspirar e possibilitar a materialização da afrocidadanização dos jovens negros.

Ao considerar que as expressões da questão social se apresentam de forma multifacetada e que está inerente ao debate da capoeira, a compreensão de que a cultura afro-brasileira está intrinsecamente vinculada ao debate racial, se configura como um desafio para o Assistente Social, que através de um novo olhar poderá utilizar a Capoeira não apenas como uma ação transformadora por meio da inclusão social, mas como uma ação que poderá incentivar a transformação social e cultural da população negra. A efetivação dos direitos sociais faz-se fundamental para proporcionar à equidade, à cidadania, à emancipação, à justiça social e, conseqüentemente, à salvaguarda e a valorização da herança cultural afro-brasileira, a Capoeira, enquanto Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, assim como salvaguardar os seus herdeiros – os jovens negros.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Estatuto da Igualdade Racial. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o estatuto da Igualdade Racial; altera as leis nos 7.716, de 05 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 04 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BOAZ, Franz, 1858 – 1942. Antropologia cultural / Franz Boas; tradução, Celso Castro. -6. ed. – Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2010, p. 59. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=b c7XT4YiouYC&pg=PA59&dq=franz+boas+%22cultura+particular%22&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUK Ewi7gcTC0LTkAhUDJrkGHUBSBE0Q6AEIKTAA#v=onepage&q=franz%20boas%20%22cultura%20 particular%22&f=false> > (Acessado em 23 de março de 2019 às 14h26min).

CAMPOS, Alessandro de Oliveira. **Tradição e apropriação crítica: metamorfoses de uma afroamericalatinidade**. – São Paulo: EDUC: FAPESP, 2016, p.41. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=Y0VXDgAAQBAJ&pg=PT157&dq=capoeira+gospel&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjqq8CnvKvkAhVcFLkGHd6PAE4Q6AEIKTAA#v=onepage&q=capoeira%20gospel&f=false> > (Acessado em 05 de março de 2019 às 16h43min).

FREIRE, Cristina Cavalcante; RESENHA: LÉVI-STRAUSS, C. “**Raça e História**” in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp. 328 – 366; 2007, p. 210. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/896/738>> (Acessado em 17 de março de 2019 às 14h44min).

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro**: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013, 208 p.

IPHAN – Instituto de Pesquisa Histórico e Artístico Nacional. **Roda de Capoeira**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>> (Acessado em 04 de abril de 2019 às 08h08min).

\_\_\_\_\_. – Instituto de Pesquisa Histórico e Artístico Nacional. **Capoeira se torna patrimônio cultural brasileiro**. Publicada em 08 de julho de 2008, às 16h10. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2067> > (Acessado em 22 de abril de 2019 às 16h50min).

KEIM, Ernsto Jacob; SILVA, Carlos José. **CAPOEIRA E EDUCAÇÃO PÓS-COLONIAL: Ancestralidade, Cosmovisão e Pedagogia Freiriana**. Jundiá, Paco Editorial: 2012. 152 p.

LARAIA, Roque de Barros, 1932 – **Cultura: um conceito antropológico**/Roque de Barros Laraia. – 19. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2006, p. 63.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. – 2.ed. – São Paulo: Global, 2016, 224 p.

SANTOS, José Luiz dos. Coleção primeiros 110 passos. **O QUE É CULTURA**. São Paulo. Editora Brasiliense, 6ª edição, 1987, p. 21. Disponível em: <<http://www.netmundi.org/>> (Acessado em 17 de março de 2019 às 15h10min).

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: **A herança sociológica**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002, p. 79.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453  
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424  
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465  
Arqueologia Pós Desastre 96, 99  
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457  
Arquitetura sensorial 1  
Automação 357, 363, 364, 368, 369  
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

### B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

### C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146  
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466  
Construção sustentável 357, 359  
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

### D

Desastre ambiental 244  
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

### E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200  
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314  
Espaço de preservação 1  
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289  
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

### F

Fontes renováveis 370, 371, 373

### H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468

Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

## I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

## M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

## P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491  
Policromia 108, 109, 110, 111, 120  
Pontes 380, 381, 382, 391, 392  
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

## R

Reconstituição 14, 24, 391  
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327  
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467  
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

## S

Serviço social 134, 135, 136, 144  
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

## T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225  
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

## V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

